

Sumário

Prefácio, xiii

Nota à 3ª edição, xv

Introdução, 1

1 Princípio da legalidade administrativa, 5

- 1 A Administração pública no estado de polícia, 5
 - 1.1 Características, 5
 - 1.2 Legalidade e discricionariedade, 7
- 2 A administração pública no estado de direito, 8
 - 2.1 Período do Estado Liberal de Direito, 8
 - 2.1.1 Princípios fundamentais, 8
 - 2.1.2 O direito administrativo no Estado liberal, 10
 - 2.1.3 Legalidade e discricionariedade, 13
 - 2.2 Período do Estado Social de Direito, 15
 - 2.2.1 Princípios fundamentais, 15
 - 2.2.2 O direito administrativo no Estado Social de Direito, 20
 - 2.2.3 Legalidade e discricionariedade, 23
 - 2.3 Período do Estado Democrático de Direito, 26
 - 2.3.1 Princípios fundamentais, 26
 - 2.3.2 O direito administrativo no Estado Democrático de Direito, 31
 - 2.3.3 Legalidade e discricionariedade: influência da constitucionalização do direito administrativo, 37

- 2.3.4 Reflexos da constitucionalização do direito administrativo sobre o controle judicial, 43
- 2.4 Período atual, 47
 - 2.4.1 Princípios fundamentais, 47
 - 2.4.2 O direito administrativo atual, 50
 - 2.4.3 Legalidade e discrecionalidade, 52

2 Discrecionalidade administrativa, 61

- 1 Conceito, 61
- 2 Justificação, 62
- 3 A discrecionalidade nas três funções do Estado, 66
- 4 Localização da discrecionalidade, 69
 - 4.1 Discrecionalidade nas etapas de formação do ato administrativo, 70
 - 4.2 Discrecionalidade na norma jurídica, 72
 - 4.3 Discrecionalidade no momento da prática do ato, 73
 - 4.4 Discrecionalidade nos elementos do ato administrativo, 73
 - 4.4.1 Sujeito, 74
 - 4.4.2 Objeto ou conteúdo, 74
 - 4.4.3 Forma, 75
 - 4.4.4 Motivo, 77
 - 4.4.5 Finalidade, 78
- 5 Diferentes maneiras de considerar a discrecionalidade administrativa, 80
 - 5.1 Colocações introdutórias, 80
 - 5.2 Evolução no direito francês, 81
 - 5.2.1 Matérias graciosas e contenciosas, 81
 - 5.2.2 Atos de governo e atos discricionários, 81
 - 5.2.3 Poder discricionário, 82
 - 5.2.4 Apreciação crítica, 89
 - 5.3 Discrecionalidade nos conceitos jurídicos indeterminados, 90
 - 5.3.1 Noção de conceito jurídico indeterminado, 90
 - 5.3.2 Direito germânico, 91
 - 5.3.2.1 Doutrina, 92
 - 5.3.2.2 Jurisprudência, 99
 - 5.3.3 Direito francês, 101
 - 5.3.4 Direito espanhol, 104
 - 5.3.5 Direito italiano: discrecionalidade administrativa e discrecionalidade técnica, 106
 - 5.3.6 Direito português, 108
 - 5.3.7 Direito norte-americano: a discrecionalidade técnica das agências, 110
 - 5.3.8 Direito brasileiro, 113
 - 5.3.9 Apreciação crítica, 117
 - 5.4 Discrecionalidade técnica no direito brasileiro, 119
 - 5.5 Discrecionalidade e interpretação, 124

- 5.6 Discrecionalidade e mérito, 127
 - 5.6.1 Direito italiano, 127
 - 5.6.2 Direito brasileiro, 130
 - 6 Discrecionalidade na definição de políticas públicas e o princípio da reserva do possível, 137
 - 7 Limitações à discrecionalidade administrativa, 147
- 3 O papel dos princípios no direito administrativo, 153**
 - 1 Noções preliminares, 153
 - 2 Princípios informadores do direito administrativo, 156
 - 3 O papel dos princípios na limitação à discrecionalidade administrativa, 160
- 4 Princípio da moralidade administrativa, 163**
 - 1 Introdução, 163
 - 1.1 Separação entre Direito e Moral, 163
 - 1.2 Relações entre Direito e Moral, 165
 - 2 Significado, 170
 - 2.1 Direito e moral, 170
 - 2.2 A moral vista em relação aos fins, 174
 - 2.2.1 No direito privado, 174
 - 2.2.2 No direito administrativo, 176
 - 2.3 A moral em relação ao objeto do ato administrativo, 177
 - 2.4 A importância da moral na interpretação e na integração da lei, 180
 - 2.5 A moralidade como limite à discrecionalidade administrativa, 184
- 5 Princípio da razoabilidade, 191**
 - 1 Noções gerais, 191
 - 2 Direito argentino, 192
 - 3 Direito francês, 197
 - 4 Direito norte-americano, 201
 - 5 Direito brasileiro, 207
 - 6 Princípio da razoabilidade como limite à discrecionalidade do legislador, 214
 - 7 Princípio da razoabilidade como limite à discrecionalidade da administração pública, 218
 - 8 Razoabilidade e motivação do ato administrativo, 226
- 6 Princípio da supremacia do interesse público, 229**
 - 1 Noção de interesse público, 229
 - 2 Interesse público como princípio político, 233
 - 2.1 A ideia de bem comum na Idade Média, 233
 - 2.2 As teses contratualistas e o triunfo do individualismo, 235
 - 2.3 A luta pelo bem comum no Estado Social de Direito, 238
 - 3 O interesse público como princípio jurídico, 241
 - 4 A ideia de interesse público no direito administrativo, 243

- 5 Delimitação do princípio da supremacia do interesse público no direito administrativo, 246
 - 5.1 Da inaceitável generalização de seu conteúdo, 246
 - 5.2 Da indeterminação do conceito de interesse público, 249
 - 5.3 A supremacia do interesse público em confronto com os direitos fundamentais: a ponderação de interesses, 251
- 6 Distinções necessárias, 252
 - 6.1 Interesse público e interesse da Administração Pública, 252
 - 6.2 Interesse público e interesse comum, 254
 - 6.3 Interesse público, interesse coletivo e interesse difuso, 254
- 7 Controle judicial do interesse público, 257
- 8 Interesse público e impessoalidade, 259
- 9 O interesse público como limite à discricionariedade administrativa, 260

Conclusões, 263

Bibliografia, 267